

Assunto: Programa Justiça para mulheres – mutirão arquivo zero

Veículo: Jornal do Commercio

Data: 24/09/2013

Editoria: CAPA

Seção:

jornal do  commercio

Tornozeleira contra violência

Tornozeleiras eletrônicas serão a mais nova arma no combate à violência contra a mulher. A partir de agora, o agressor que for enquadrado pela Lei Maria da Penha será obrigado a usar o acessório. A vítima ficará com um aparelho semelhante a um celular. Caso o suspeito ultrapasse o limite de 500 metros, o equipamento enviará informações à central de monitoramento e o agressor poderá ser preso em flagrante. A medida faz parte do programa “Justiça para as Mulheres: agora e sempre”, lançado pelo governo do Estado, na manhã de ontem, no Centro de Convenções, em Olinda.

Outra ação que será adotada pelo programa é o Mutirão Arquivo Zero, realizado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), a partir de novembro, para julgar os casos em tramitação nas seis Varas de Violência Doméstica e Familiar Contra a mulher da Região Metropolitana. Já a Patrulha Maria da Pe-



MULHERES Ações lançadas pelo governador incluem mutirão

nha, que contará com quatro viaturas e um efetivo de 32 policiais, irá fazer o acompanhamento de mulheres que denunciaram algum tipo de violência. Três viaturas estarão disponíveis na Região Metropolitana do Recife (RMR) e uma em Caruaru, no Agreste.

“É mais um passo do Pacto pela Vida, com foco na redução da violência contra a mulher pernambucana. Ao

longo desses seis anos, já conseguimos reduzir, de forma muito expressiva, a violência contra a mulher. Éramos vice-campeões em todo o Brasil e hoje já estamos abaixo da 10ª posição”, comemorou o governador Eduardo Campos.

Nos últimos seis anos, o número de mulheres assassinadas em Pernambuco teve uma redução de 32,6%, porém o Estado ainda está

longe de se ver livre deste tipo de crime. Por isso, o governo pretende levar às escolas estaduais, já no primeiro semestre do próximo ano, a campanha “Maria da Penha vai à Escola” com palestras e atividades de teatro para conscientizar as crianças e adolescentes.

A marisqueira Sandra Trajano, 37, foi uma das convidadas para participar do lançamento do programa. Moradora de Igarassu, na Região Metropolitana, ela já foi agredida pelo marido por 10 anos e sofreu tudo calada. “No meu tempo não havia o aparato que existe hoje, por isso sofri muito. Hoje, estou liberta”, contou.

De acordo com a Secretaria-Executiva Estadual de Ressocialização, só em 2013, mais de oito mil e trezentos presos do regime semiaberto foram monitorados por tornozeleiras eletrônicas. Duzentos e sessenta presidiários romperam o equipamento e fugiram. Cento e cinco foram recapturados.

Assunto: Guilherme Uchoa	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 24/09/2013
Editoria: POLÍTICA	Seção:

política



Repercute nas redes sociais a entrevista que o presidente da Assembleia Legislativa, Guilherme Uchoa, concedeu à rádio *JC News*. Nela, defendeu o que chamou de tráfico de influência do bem ao falar do polêmico caso de adoção, no qual o nome da filha foi envolvido. Em vez de trabalhar pelo aperfeiçoamento da legislação, confunde a esfera pública com a privada.

Assunto: Frase - adoção	
Veículo: Jornal do Commercio	Data: 24/09/2013
Editoria: OPINIÃO JC	Seção:

opinião JC

⇒ Frase



Enquanto uma adoção irregular de uma criança em Olinda, suspensa por ação do MPPE, ainda está sob investigação, surge outro fato lamentável, em Jaboatão. É ainda mais agravante, por se tratar de venda por um casal de uma filha de apenas dois anos. Mas nossa benevolente Constituição tipifica esse crime, no Código Penal art. 238, como de natureza leve.”

📧 **Vandoci Dantas** vandoci@hotmail.com

Assunto: Sentença de dono de macaca sai em 20 dias	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 24/09/2013
Editoria: CAPA	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**

Maus-tratos

SENTENÇA DE DONO DE MACACA SAI EM 20 DIAS

O prazo foi anunciado ontem durante a 3ª audiência do caso. Kika morreu em 2011 nas dependências do Ibama e o dono, o mecânico Geraldo Miguel, é acusado de maus-tratos. VIDA URBANA C2

Assunto: Sentença de dono de macaca sai em 20 dias

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 24/09/2013

Editoria: Vida Urbana

Seção:



MACACA KIKA

Sentença para dono sai em 20 dias



EDVALDO RODRIGUES/DIÁ. A PRESS

Geraldo da Silva cuidou de Kika durante 33 anos



acesse

Veja entrevista com juiz que definirá sentença

A Justiça deve anunciar em 20 dias a sentença do mecânico Geraldo Miguel da Silva, 62 anos, acusado de maus-tratos contra a macaca Kika. O macaco-prego fêmea morreu no dia 30 de julho de 2011, nas dependências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), um mês após ser apreendido na casa de Geraldo, que fica na Avenida Abdias de Carvalho. Esse é a primeira vez no estado em que se julga um caso de suspeita de maus-tratos envolvendo um primata. A apreensão de Kika, da espécie prego, aconteceu quando ela estava amarrada à uma árvore.

O prazo para divulgação da sentença foi anunciado ontem pelo juiz Gilvan Macêdo dos Santos, da 3ª Vara Criminal do Reci-

fe, durante a terceira audiência do caso, no Fórum Thomaz de Aquino. Na audiência, a defesa do mecânico apresentou sete testemunhas. O magistrado também ouviu fiscais do Ibama. Os fiscais, segundo o juiz, participaram da apreensão e dos cuidados do animal. "Eles trouxeram informações inusitadas", disse, acrescentando que essas informações serão avaliadas e analisadas tanto pela defesa quanto pela acusação e pelo Poder Judiciário.

O defensor público Gilberto de Souza França apresentou o veterinário e agricultor José Rufino como uma das testemunhas favoráveis ao mecânico. "Eu era um dos fornecedores de bananas para a macaca. É uma pena ver meu amigo assim, triste por causa da morte do animal e es-

tá sendo acusado por uma coisa que não é verdade", afirmou o veterinário. O mesmo tom foi dado pela enfermeira Fátima Magalhães. Para ela, Kika "era feliz" na casa de Geraldo. O mecânico criou a macaca durante 33 anos e foi multado pelo Ibama, por maus-tratos, em R\$ 5 mil.

Para Geraldo, o Ibama cometeu uma injustiça difícil de ser reparada. "O que eu mais queria (Kika) não consigo mais", lamentou. O promotor de Justiça Fernando Mattos ressaltou que o grande interesse do Ministério Público de Pernambuco (MPPE) é entender as razões da macaca ter sido apreendida e não ter conseguido sobreviver no Ibama. Diante da situação, o magistrado afirmou estar muito preocupado com "o cenário de recru-



TV CLUBE/REPRODUÇÃO

Terceira audiência ouviu testemunhas de defesa

descimento de crimes contra os animais".

Arara

Capturada por policiais militares há sete dias, em Muribeca, Jaboatão dos Guararapes, a arara

Billy passou por exames de sangue e radiografia no Parque Dois Irmãos. A ave, que segundo o Ibama, na última sexta-feira, ficaria no parque, foi encaminhada para um criadouro autorizado pelo instituto em Abreu e Lima.

Assunto: Criança já tinha sido negociada	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 24/09/2013
Editoria: Últimas	Seção:

últimas

Criança já tinha sido negociada

Polícia encontra cadernos com anotações sobre a venda da filha pelo Facebook

O casal suspeito de negociar uma das filhas por meio do Facebook e preso em flagrante na Estação de Metrô de Jaboatão dos Guararapes no momento em que iria entregá-la, na última quarta-feira, será indiciado por três crimes. O delegado Geraldo da Costa, da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente, in-

formou que o casal responderá por entregar o filho mediante pagamento, promover a efetivação de ato destinado ao envio de criança ou adolescente para o exterior com o objetivo de obter lucro e por corrupção de menores de 18 anos. Somadas, as penas podem chegar a 14 anos de reclusão, sem contar com as multas previstas em lei.

O delegado explicou que o indiciamento pelo primeiro crime deve-se ao fato de que a criança estava prestes a ser entregue pelo pagamento de R\$ 1,5 mil, além de um notebook e mais dez parcelas de R\$ 200. O segun-

do crime diz respeito à suspeita de que a menina já havia sido negociada anteriormente e seria dada a um casal de espanhóis. Cadernos e anotações encontrados na residência dos suspeitos estão entre as provas colhidas pela polícia. "Já o terceiro crime, da corrupção de menores, é porque eles usavam a foto da filha mais velha (17 anos) em um documento de identidade falso, apresentando a menor como se fosse a mãe das crianças negociadas", disse o delegado.

Por enquanto as crianças de 2 e 4 anos, filhas do casal, continuam numa casa de acolhimen-

to de Jaboatão dos Guararapes. A avó materna delas, que vive em Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, demonstrou interesse em ficar com a guarda. Ela está passando por avaliação psicossocial por uma equipe do conselho tutelar do município carioca, que vai informar se a mulher tem condições de cuidar das meninas. Só então será formalizado o pedido Vara da Infância e Juventude de Jaboatão. Outra possibilidade é de que a irmã mais velha, que está prestes a completar 18 anos, consiga a guarda das meninas e continuem a morar em Pernambuco.



ROBERTO RAMOS/DIÁRIA PRESS

Casal poderá pegar 14 anos de reclusão, além de multas

Assunto: Caso suposta adoção facilitada	
Veículo: Diário de Pernambuco	Data: 24/09/2013
Editoria: CAPA	Seção:

DIÁRIO de **PERNAMBUCO**

Adoção

CPI VAI CONVOCAR JUÍZA E PROMOTORA

A CPI do Tráfico de Pessoas investiga as denúncias de supostas irregularidades na adoção de uma criança em Olinda. A juíza Andréa Calado e a promotora Henriqueta de Belli serão convocadas. **VIDA URBANA C3**

Assunto: Relatório sobre conduta de juíza – Vara da Infância de Olinda

Veículo: Diário de Pernambuco

Data: 24/09/2013

Editoria: VIDA URBANA

Seção:

vidaurbana

CPI do tráfico humano convoca juíza de Olinda

JANINE MORAES/AGENCIA CAMARA

Deputados convocarão cinco pessoas para falar sobre supostas irregularidades em adoção de menina

RAPHAEL GUERRA
raphaelguerra.pe@dabr.com.br

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Tráfico de Pessoas no Brasil começou a investigar as denúncias de supostas irregularidades no processo de adoção de uma criança em Olinda. Em audiência, em Brasília, os deputados federais que fazem parte da comissão aprovaram cinco requerimentos para convocação de depoimentos dos envolvidos na polêmica. O vice-presidente da CPI, Luiz Couto (PT-PB), afirmou que pode acionar a Polícia Federal para apurar as denúncias.

A juíza Andréa Calado da Cruz, titular da Vara da Infância e Juventude de Olinda, que está sendo investigada por ter favorecido um casal que não fazia parte do Cadastro Nacional de Adoção, como exige a lei, será uma das convocadas a prestar depoimento. A promotora da Infância e Juventude do município, Henriqueta de Belli, uma das responsáveis por denunciar o caso ao Conselho Nacional de Justiça, também apresentará à



Um deles é o Paraná, onde seis crianças seriam levadas para os Estados Unidos”, afirmou Couto. Há suspeitas de que a menina em Olinda seria levada para a Flórida, onde o casal que conseguiu a guarda provisória dela vive. Com a repercussão da denúncia publicada com exclusividade pelo Diário, a

Casal que recebeu guarda de menina não fazia parte do

cadastro de adoção, por suspeita de tráfico de influência no processo de adoção, o médico Aldo Mota, chefe da Assistência de Saúde do Legislativo Estadual, que atendeu a criança quando ela estava no abrigo por solicitação de Giovana, e o advogado Joaquim Pessoa Guerra Filho, que trabalha no gabinete da presidência da Assembleia Legislativa, e que teria sido responsável pelo pedido de guarda da menina em nome do casal.

O vice-presidente da CPI explicou que, após os depoimentos e análi-

O deputado federal Luiz Couto afirmou que pode acionar a Polícia Federal para apurar as denúncias

“

É um caso preocupante

comissão as provas colhidas nos últimos meses.

“Soubemos do caso por meio da imprensa, da população que nos enviou cartas e de documentos que chegaram à comissão. É um caso preocupante e podem existir outros semelhantes em Pernambuco, assim como tem sido registrado em outros estados brasileiros.

Cadastro Nacional

menina foi devolvida e já está sob guarda de um casal que faz parte do Cadastro Nacional de Adoção.

Além da juíza e da promotora, a CPI convocará mais três testemunhas: a advogada Giovana Uchoa, amiga do casal que mora nos Es-

se as provas, novas investigações podem ser solicitadas. “Já que há denúncias de adoções ilegais espalhadas pelos estados, a Polícia Federal deve investigar. Se necessário, vamos pedir a responsabilização dos envolvidos”, pontuou Couto. A previsão é de que a audiência seja realizada até o final de novembro, em local ainda a ser definido.

e podem existir outros semelhantes em Pernambuco”

Deputado federal Luiz Couto (PT-PB), vice-presidente da CPI

Afastamento na Bahia

Em Pernambuco, a Corregedoria Geral de Justiça ainda não decidiu se a juíza Andréa Calado deve ser afastada da Vara da Infância e Juventude de Olinda até que as investigações sejam concluídas. A decisão dependerá do entendimento do corregedor Frederico Neves, que analisa um relatório com 109 páginas sobre as vitórias realizadas na Vara e os 15 depoimentos colhidos. Já na Bahia, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu afastar do cargo o juiz Vítor Manuel Sabino Xavier Bizerra, que está sendo apon-

tado por envolvimento nas adoções ilegais de cinco crianças de uma mesma família no interior do estado. A proposta de instauração do Procedimento Administrativo Disciplinar e do afastamento do magistrado foi apresentada pelo corregedor nacional de Justiça, ministro pernambucano Francisco Falcão.

Em visita ao estado, no último dia 6, Falcão foi enfático ao afirmar que a quebra da ordem do Cadastro Nacional de Adoção é uma prática que deve ser considerada inaceitável, principal-

mente em se tratando de juízes da Vara da Infância e Juventude. Ele destacou que os fatos que envolvem a magistrada Andréa Calado “são graves e merecem apuração rigorosa do Tribunal de Justiça de Pernambuco”. Disse também que está acompanhando as investigações da corregedoria e, se necessário, poderá trazer o caso para apuração do CNJ. Ao final do procedimento, caberá à Corte Especial do TJPE decidir se a juíza sofrerá sanções, que vão de advertência até a aposentadoria compulsória.

NANDO CHIAPPETTA/DP/D.A PRESS



Falcão: desrespeito ao cadastro é inaceitável

Falsidade ideológica ainda em análise

O pedido de arquivamento do inquérito policial que apurou a suspeita de falsidade ideológica supostamente cometida pelo casal que estava com a menina M.A. e por Giovana Uchoa ainda está sendo analisado pela Central de Inquéritos de Olinda. A previsão é de que uma resposta fosse dada na última sexta-feira, mas a promotora Rosângela Padela, informou ontem,

por meio da assessoria, que precisará de mais tempo para decidir se pedirá novas diligências à polícia ou dará parecer favorável ao arquivamento.

Outra possibilidade é de que a promotora discorde da delegada Andréa Melo e denuncie os suspeitos à Justiça. Na conclusão do inquérito, a delegada alegou que houve “ausência de culpabilidade” dos suspeitos, pois

os mesmos não tinham ciência de que estavam praticando um ato ilícito. O trio foi investigado porque apresentaram nome e sobrenome falsos da criança no registro do batistério, na Paróquia São José, em Casa Caiada.

Procuradoria

Seis dias após receber ofício da Promotoria da Infância e Juventude de Olinda com pedido de in-

vestigação de tráfico de influência praticado pelo presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco no processo de adoção da criança, a Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) ainda não se posicionou. A assessoria da PGJ informou que o caso continua em análise. No documento, são apontados indícios de influência parlamentar nos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

Assunto: Combate à violência contra a mulher – mutirão arquivo zero	
Veículo: Folha de Pernambuco	Data: 24/09/2013
Editoria: CAPA	Seção:



Quem **AGREDIR MULHER** pode usar **TORNOZELEIRA**

A partir do próximo mês, dispositivo eletrônico será colocado nos agressores que descumprirem medidas judiciais. Ação faz parte do programa "Justiça para as mulheres: agora e sempre". Também foi criada a Patrulha Maria da Penha **Cotidiano** > Página 1

Assunto: Combate à violência contra a mulher – mutirão arquivo zero

Veículo: Folha de Pernambuco

Data: 24/09/2013

Editoria: COTIDIANO

Seção:

Cotidiano

Programa foi criado para coibir abusos e preservar direitos

Agressores de mulheres vão ser punidos com tornozeleiras

■ **AS NOVAS TÁTICAS** serão adotadas para quem descumprir medidas preventivas expedidas pela Justiça em Pernambuco

WELLINGTON SILVA

A partir do próximo mês, agressores de mulheres que descumprirem as medidas protetivas expedidas pela Justiça em Pernambuco poderão ser punidos com o uso de tornozeleiras eletrônicas. Esta é uma das ações que fazem parte do programa “Justiça para as mulheres: agora e sempre” lançado, ontem, pelo

Folha resume

O governo lançou o programa “Justiça para as mulheres: aqui e agora” que promete combater a violência de gênero. Entre as ações, duas causaram impacto: o uso de tornozeleiras para os agressores e a criação da Patrulha Maria da Penha. A gestão estadual anunciou a criação do Mutirão Arquivo Zero, para agilizar processos.

Executivo, Legislativo e Judiciário.

No caso da tornozeleira eletrônica, a base física do monitoramento é a mesma já utilizada pela Secretaria de Ressocialização. O dispositivo, semelhante a um relógio de pulso, ficará preso à perna do agressor, enquanto a mu-

lheres Caso esse limite seja quebrado indevidamente, os dois aparelhos emitem um sinal. Em seguida, a informação chegará à central de monitoramento, que de imediato acionará a polícia.

Entre as novidades do programa está a criação da Patrulha Maria da Penha. Antes



Bruno Campos

PATRULHA Maria da Penha vai fazer visitas constantes às vítimas de violência

Governo do Estado. Criada com a intenção de combater a violência contra a mulher, o conjunto de ações será feito em parceria com os poderes

lher irá carregar com ela outro dispositivo semelhante a um bip. Com isso, o agressor deverá ficar a pelo menos 500 metros de distância da vítima.

Paullo Almeida/Arquivo Folha



MODELO usado será semelhante ao do sistema prisional

da cerimônia de lançamento do "Justiça para as mulheres", foram apresentadas quatro vitórias caracterizadas, que ficarão nas ruas, fazendo visitas às mulheres que prestarem queixa nas Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs), localizadas em Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho, Paulista e Recife.

Cada veículo contará com dois policiais homens e uma mulher, que deverão fazer visitas regulares às vítimas de agressão. Nos próximos quinze dias, será feito o treinamento desses profissionais. "Esse é mais um passo do Pacto Pela Vida, com foco na redução da violência contra a mulher pernambucana. Ao

longo desses seis anos conseguimos reduzir, de forma muito expressiva, a violência contra a mulher. Nós que éramos vice-campeões de violência no Brasil, hoje estamos abaixo da décima posição", ressaltou o governador de Pernambuco, Eduardo Campos.

Se ações como essas já tivessem acontecido, talvez a dona de casa Maria José Araújo, 54 anos, não carregasse na memória e no peito as lembranças e o peso da violência sofrida no seu lar. Moradora da cidade de Poção, no Agreste do Estado, ela conviveu anos com as agressões verbais do marido. "Não podia falar nada em casa que ele já vinha com brutalidade", recordou. Mãe de

Saiba mais

MODELO - Sancionada em 7 de agosto de 2006 pelo então presidente Luis Inácio Lula da Silva, a Lei nº 11.340, conhecida como Maria da Penha, possibilitou a criação de mecanismos que visam a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

Ela é reconhecida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres.

A lei define o que é violência doméstica e familiar contra a mulher e estabelece suas formas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, que podem ser praticadas juntas ou individualmente.

três homens, ela sempre teve o apoio dos filhos. "Depois que passei a conhecer meus direitos deixei de sentir um sabor amargo para saborear o doce da vida", falou sorrindo.

Mutirão vai agilizar 50 mil processos

Visando a acabar com a demanda reprimida de inquéritos em tramitação, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Departamento de Polícia da Mulher (DPMul) vão realizar o Mutirão Arquivo Zero. Atualmente, tramitam mais de 50 mil processos nas seis varas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Com o mutirão espera-se aumentar o encaminhamento dos inquéritos ao judiciário e reduzir o tempo e resposta entre o conhecimento do delito e a punição final do agressor.

"Acreditamos que essas ações vão devolvendo à mulher pernambucana a possibilidade de se sentir segura", afirmou Eduardo Campos. Para o governador, a educação é um aspecto fundamental no combate a esse problema. Para solucionar essa questão, ele informou que serão colocadas nas escolas de ensino médio e nas universidades núcleos de estudo sobre o assunto. "Queremos ganhar as cabeças e garantir que nas



Bruno Campos

GOVERNADOR: ações vão permitir segurança às vítimas

próximas décadas os jovens de hoje tenham a oportunidade de se formar com uma cultura de respeito à diversidade e à mulher", disse.

O programa prevê a criação de um curso específico sobre gênero com o apoio da Universidade de Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco e Ministério da Saúde. Campos afirmou ainda que todas as ações chegarão ao Interior do Estado. "Esse mesmo protocolo que vão

seguir as Patrulhas Maria da Penha irão seguir as Patrulhas do Bairro existentes nos municípios do Interior. Até 2014, seguimos com o plano de interiorização das Delegacias da Mulher para a Mata Norte, com previsão em Palmares; para Igarassu e o Sertão pernambucano", garantiu. Para a secretária da Mulher, Cristina Buarque, é preciso acabar de vez com a cultura que leva homens de todas as idades a cometerem violência contra a mulher. "O estado tem

Grupos implantam ações no interior

Diversos grupos da sociedade civil que militam no combate à violência contra a mulher estiveram presentes no lançamento do programa. Muitos ressaltaram a importância de se trabalhar as vítimas do Interior do Estado. A coordenadora do Centro de Referência de Assistência Social (Cras) de Ferreiros, na Mata Norte, Maria da Conceição Silva, lamentou o fato de atitudes covardes contra a mulher ainda serem comuns.

Pensando nisso, há cerca de três anos, ela passou a trabalhar a questão diretamente com os homens da cidade. "Criamos grupos de convivência com os pais, filhos e mães. Nossa intenção é conscientizar e informar, para que o problema deixe de existir e o vínculo familiar permaneça", comentou. Ela ressaltou que as mulheres da Zona Rural são as que mais sofrem com as agressões. "Aos poucos elas estão perdendo o medo de procurar ajuda, pois a visão

delas agora é bem diferente", contou.

Já coordenadora municipal e estadual da União Brasileira de Mulheres (UBM) de Poção, no Agreste, Risoneth Lourenço, destacou a importância de informar a todos sobre os direitos da mulher. "O Interior precisa de mais atenção, pois as cidades grandes contam com um apoio maior. Por isso, estamos lutando para que seja criado em Poção a Coordenadoria da Mulher, que será mais uma ferramenta de combate", falou.

Risoneth destacou que é preciso conscientizar a população sobre todos os tipos de violência. "A maioria acha que agressão é só a física, mas existe a psicológica, a moral, a verbal, entre outras. Nosso trabalho na UBM é justamente levar esse esclarecimento a todos", informou. Atualmente, 33 mulheres estão ligadas à UBM em Pernambuco, a maioria já sofreu algum tipo de violência.

Saiba mais

MPPE - Dentro do programa "Justiça para as mulheres: agora e sempre", o Ministério Público de Pernambuco (MPPE) designará promotores de Justiça para atuar de forma de forma plena nos Juizados Especiais de Defesa da Mulher.

Segundo o procurador-geral da Justiça, Aguinaldo Fenelon, a partir de agora, os promotores atuarão de segunda a sexta-feira combatendo os crimes que as mulheres forem vítimas.

Serão atendidas as cidades de Recife, Olinda, Jaboatão dos Guararapes e Cabo de Santo Agostinho, além do município de Igarassu, quando for criado um juizado.

cumprido com a sua obrigação, mas é preciso que façamos isso por muito tempo para que possamos atingir e acabar com a cultura machista", opinou.

Assunto: Tornozeleiras são adotadas pelo governo para evitar violência contra a mulher	
Veículo: JC Online	Data: 23/09/2013
Editoria: CIDADES	Seção:

jornal do commercio

Tornozeleiras são adotadas pelo governo para evitar violência contra a mulher
A iniciativa é uma parceria entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pretende reduzir os números de casos de violência doméstica no Estado



Em solenidade na manhã desta segunda-feira (23), o governo do Estado lançou o programa Justiça para as Mulheres: Agora e Sempre. A iniciativa é uma parceria entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e pretende reduzir os números de casos de violência doméstica registrados em Pernambuco por meio de uma série de medidas protetivas e educativas. A ação reforça as estratégias adotadas no Plano Estadual para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres. As ações envolvem a criação de delegacias e instalação de centros de referências especializados no atendimento à mulher, casas-abrigo, varas de violência doméstica e familiar contra a mulher, por exemplo.

A principal ação anunciada no lançamento do programa é a adoção de tornozeleiras que realizarão o monitoramento de homens acusados de agressão. Os equipamentos, 50 inicialmente, terão um custo de R\$ 220/cada para o Estado.

A novidade funcionará da seguinte maneira: os agressores utilizarão o equipamento e a vítima ficará com um dispositivo que acionará a polícia caso o homem se aproxime dela a uma distância inferior a 500 metros. Se o acionamento for realizado, uma viatura da Patrulha Maria da Penha será enviada até o agressor para verificar o motivo da aproximação. Caso insista em abordar a vítima, o agressor seja preso em flagrante.

Para ter direito a este benefício, a mulher agredida deve prestar uma queixa na delegacia e solicitar uma medida protetiva. A delegacia enviará o caso à Justiça, que verificará a necessidade do uso do equipamento e autorizará sua utilização.

PATRULHA MARIA DA PENHA - Além das tornozeleiras, o governo anunciou a adoção de quatro viaturas da Polícia Militar para a realização da Patrulha Maria da

Penha. Trinta e dois patrulheiros (16 homens e 16 mulheres, que sempre trabalharão em duplas formadas por um representante de cada gênero) visitarão mulheres que tenham feito denúncias de agressão contra seus companheiros para verificar se elas voltaram a ser agredidas. Eles também serão acionados quando denúncias de agressão forem realizadas.

Três das viaturas trabalharão na Região Metropolitana do Recife e uma irá para Caruaru, no Agreste do Estado, sempre das 7h às 19h. A novidade trará um gasto de R\$ 2 milhões/ano para o governo estadual.

ESCOLA - A partir de 2014, estudantes do ensino médio e fundamental da rede estadual receberão na escola as ações do Programa Maria da Penha vai à Escola. A medida levará palestras e outras ações educativas para o ambiente escolar visando conscientizar as crianças e adolescentes em relação ao respeito aos direitos da mulher e às denúncias em caso de agressão. Um jogo eletrônico sobre a Lei Maria da Penha também será incluído nos tablets fornecidos pelo governo do Estado.

Assunto: CPI do tráfico humano convoca juíza de Olinda	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 24/09/2013
Editoria: VIDA URBANA	Seção:

DIÁRIO de PERNAMBUCO

.com.br

CPI do tráfico humano convoca juíza de Olinda

Deputados convocarão cinco pessoas para falar sobre supostas irregularidades em adoção de menina



A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de Tráfico de Pessoas no Brasil começou a investigar as denúncias de supostas irregularidades no processo de adoção de uma criança em Olinda. Em audiência, em Brasília, os deputados federais que fazem parte da comissão aprovaram cinco requerimentos para convocação de depoimentos dos envolvidos na polêmica. O vice-presidente da CPI,

Luiz Couto (PT-PB), afirmou que pode acionar a Polícia Federal para apurar as denúncias.

A juíza Andréa Calado da Cruz, titular da Vara da Infância e Juventude de Olinda, que está sendo investigada por ter favorecido um casal que não fazia parte do Cadastro Nacional de Adoção, como exige a lei, será uma das convocadas a prestar depoimento. A promotora da Infância e Juventude do município, Henriqueta de Belli, uma das responsáveis por denunciar o caso ao Conselho Nacional de Justiça, também apresentará à comissão as provas colhidas nos últimos meses.

“Soubemos do caso por meio da imprensa, da população que nos enviou cartas e de documentos que chegaram à comissão. É um caso preocupante e podem existir outros semelhantes em Pernambuco, assim como tem sido registrado em outros estados brasileiros. Um deles é o Paraná, onde seis crianças seriam levadas para os Estados Unidos”, afirmou Couto. Há suspeitas de que a menina em Olinda seria levada para a Flórida, onde o casal que conseguiu a guarda provisória dela vive. Com a repercussão da denúncia publicada com exclusividade pelo Diário, a menina foi devolvida e já está sob guarda de um casal que faz parte do Cadastro Nacional de Adoção.

Além da juíza e da promotora, a CPI convocará mais três testemunhas: a advogada Giovana Uchoa, amiga do casal que mora nos Estados Unidos, por suspeita de tráfico de influência no processo de adoção, o médico Aldo Mota, chefe da Assistência de Saúde do Legislativo Estadual, que atendeu a criança quando ela estava no abrigo por solicitação de Giovana, e o advogado Joaquim Pessoa Guerra Filho, que trabalha no gabinete da presidência da Assembleia Legislativa, e que teria sido responsável pelo pedido de guarda da menina em nome do casal.

O vice-presidente da CPI explicou que, após os depoimentos e análise das provas, novas

investigações podem ser solicitadas. “Já que há denúncias de adoções ilegais espalhadas pelos estados, a Polícia Federal deve investigar. Se necessário, vamos pedir a responsabilização dos envolvidos”, pontuou Couto. A previsão é de que a audiência seja realizada até o final de novembro, em local ainda a ser definido.

Afastamento na Bahia

Em Pernambuco, a Corregedoria Geral de Justiça ainda não decidiu se a juíza Andréa Calado deve ser afastada da Vara da Infância e Juventude de Olinda até que as investigações sejam concluídas. A decisão dependerá do entendimento do corregedor Frederico Neves, que analisa um relatório com 109 páginas sobre as vistorias realizadas na Vara e os 15 depoimentos colhidos. Já na Bahia, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) decidiu afastar do cargo o juiz Vítor Manuel Sabino Xavier Bizerra, que está sendo apontado por envolvimento nas adoções ilegais de cinco crianças de uma mesma família no interior do estado. A proposta de instauração do Procedimento Administrativo Disciplinar e do afastamento do magistrado foi apresentada pelo



corregedor nacional de Justiça, ministro pernambucano Francisco Falcão.

Em visita ao estado, no último dia 6, Falcão foi enfático ao afirmar que a quebra da ordem do Cadastro Nacional de Adoção é uma prática que deve ser considerada inaceitável, principalmente em se tratando de juízes da Vara da Infância e Juventude. Ele destacou que os fatos que envolvem a magistrada Andréa Calado “são graves e merecem apuração rigorosa do Tribunal de Justiça de Pernambuco”. Disse também que está acompanhando as investigações da corregedoria e, se necessário, poderá trazer o caso para apuração do CNJ. Ao final do procedimento, caberá à Corte Especial do TJPE decidir se a juíza sofrerá sanções, que vão de advertência até a aposentadoria compulsória.

Falsidade ideológica ainda em análise

O pedido de arquivamento do inquérito policial que apurou a suspeita de falsidade ideológica supostamente cometida pelo casal que estava com a menina M.A. e por Giovana Uchoa ainda está sendo analisado pela Central de Inquéritos de Olinda. A previsão é de que uma resposta fosse dada na última sexta-feira, mas a promotora Rosângela Padela, informou ontem, por meio da assessoria, que precisará de mais tempo para decidir se pedirá novas diligências à polícia ou dará parecer favorável ao arquivamento.

Outra possibilidade é de que a promotora discorde da delegada Andréa Melo e denuncie os suspeitos à Justiça. Na conclusão do inquérito, a delegada alegou que houve “ausência de culpabilidade” dos suspeitos, pois os mesmos não tinham ciência de que estavam praticando um ato ilícito. O trio foi investigado porque apresentaram nome e sobrenome falsos da criança no registro do batistério, na Paróquia São José, em Casa Caiada.

Procuradoria

Seis dias após receber ofício da Promotoria da Infância e Juventude de Olinda com

pedido de investigação de tráfico de influência praticado pelo presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco no processo de adoção da criança, a Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) ainda não se posicionou. A assessoria da PGJ informou que o caso continua em análise. No documento, são apontados indícios de influência parlamentar nos poderes Judiciário, Legislativo e Executivo.

Assunto: Sentença de dono de macaca acusado de maus-tratos deve sair em até 20 dias	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 23/09/2013
Editoria: VIDA URBANA	Seção:

DIARIO de **PERNAMBUCO**
.com.br

JUSTIÇA »

Sentença de acusado de maus-tratos contra macaca sai em 20 dias



Geraldo da Silva participou de audiência. Sua macaca Kika morreu nas dependências do Ibama, após ser apreendida

Assunto: Sentença de dono de macaca acusado de maus-tratos deve sair em até 20 dias	
Veículo: diariodepernambuco.com.br	Data: 23/09/2013
Editoria: VIDA URBANA	Seção:

DIARIO de PERNAMBUCO

.com.br

Sentença de dono de macaca acusado de maus-tratos deve sair em até 20 dias



Geraldo da Silva embasa sua defesa no histórico com Kika. "Ela viveu comigo durante 33 anos e nunca adoeceu. Passou 30 dias no Ibama e morreu", comparou. Foto: Nando Chiappetta/DP/D.A Press

A sentença do dono de uma macaca que está sendo acusado de maus-tratos contra o animal (que morreu nas dependências do Ibama) deve ser expedida em até 20 dias, pelo juiz Gilvan Macedo, da 3ª Vara Criminal do Recife. Após mais de uma hora de atraso, a terceira audiência do caso foi realizada na tarde desta segunda-feira (23), no Fórum Thomaz de Aquino. O dono do animal, o mecânico Geraldo da Silva, de 62 anos, foi acompanhado pelo defensor público Gilberto França.

Esse foi o primeiro caso de maus-tratos levado a julgamento envolvendo um primata no estado. Geraldo da Silva foi denunciado por manter a macaca acorrentada em uma mangueira na casa em que mora, na Avenida Abdias de Carvalho. Quando a fiscalização do órgão constatou o fato, apreendeu a primata, que morreu no dia 30 de julho de 2011, um mês depois de ter sido retirada do lar onde vivia há 33 anos.

Geraldo da Silva embasa sua defesa no histórico com Kika. "Ela viveu comigo durante 33 anos e nunca adoeceu. Passou 30 dias no Ibama e morreu", comparou.

Assunto: Mutirão vai agilizar 50 mil processos relacionados à violência doméstica e familiar	
Veículo: FolhaPE.com.br	Data: 24/09/2013
Editoria: COTIDIANO	Seção:



Mutirão vai agilizar 50 mil processos relacionados a violência doméstica e familiar

Expectativa é reduzir o tempo e resposta entre o conhecimento do delito e a punição

Visando a acabar com a demanda reprimida de inquéritos em tramitação, o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e o Departamento de Polícia da Mulher (DPMul) vão realizar o Mutirão Arquivo Zero. Atualmente, tramitam mais de 50 mil processos nas seis varas de violência doméstica e familiar contra a mulher. Com o mutirão espera-se aumentar o encaminhamento dos inquéritos ao judiciário e reduzir o tempo e resposta entre o conhecimento do delito e a punição final do agressor.

"Acreditamos que essas ações vão devolvendo à mulher pernambucana a possibilidade de se sentir segura", afirmou Eduardo Campos. Para o governador, a educação é um aspecto fundamental no combate a esse problema. Para solucionar essa questão, ele informou que serão colocadas nas escolas de ensino médio e nas universidades núcleos de estudo sobre o assunto. "Queremos ganhar as cabeças e garantir que nas próximas décadas os jovens de hoje tenham a oportunidade de se formar com uma cultura de respeito à diversidade e à mulher", disse.

O programa prevê a criação de um curso específico sobre gênero com o apoio da Universidade de Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco e Ministério da Saúde. Campos afirmou ainda que todas as ações chegarão ao Interior do Estado. "Esse mesmo protocolo que vão seguir as Patrulhas Maria da Penha irão seguir as Patrulhas do Bairro existentes nos municípios do Interior. Até 2014, seguimos com o plano de interiorização das Delegacias da Mulher para a Mata Norte, com previsão em Palmares; para Igarassu e o Sertão pernambucano", garantiu.

Para a secretária da Mulher, Cristina Buarque, é preciso acabar de vez com a cultura que leva homens de todas as idades a cometerem violência contra a mulher. "O estado tem cumprido com a sua obrigação, mas é preciso que façamos isso por muito tempo para que possamos atingir e acabar com a cultura machista", opinou.

Assunto: Uso de tornozeleiras para agressores de mulheres inicia em outubro em PE	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 23/09/2013
Editoria:	Seção:



PERNAMBUCO



SEGURANÇA



VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Uso de tornozeleiras inicia em outubro

Assunto: Uso de tornozeleiras para agressores de mulheres inicia em outubro em PE	
Veículo: G1 Pernambuco	Data: 23/09/2013
Editoria:	Seção:



Uso de tornozeleiras para agressores de mulheres inicia em outubro em PE

Ação integra série de medidas para barrar a violência contra a mulher.

Iniciativa também prevê mutirão para acelerar julgamento de processos.



Homens denunciados por agressão contra a mulher em Pernambuco serão monitorados pelo governo do Estado através de tornozeleiras eletrônicas já no mês que vem. A medida faz parte do programa "Justiça para as Mulheres: Agora e Sempre", lançado nesta segunda-feira (23), no Recife. A iniciativa também prevê um mutirão para acelerar o julgamento de processos dessa natureza no Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e a criação

de delegacias especializadas, entre outras ações.

O objetivo é reforçar medidas de erradicação, prevenção e punição da violência contra a mulher, por meio de parceria entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Realizado no Teatro Guararapes, em Olinda, o lançamento faz parte das comemorações dos sete anos de existência da Lei Maria da Penha. O governador do Estado, Eduardo

Campos, esteve presente, acompanhado da primeira-dama, Renata Campos. Segundo a secretária estadual da Mulher, Cristina Buarque, o uso da tornozeleira, que já ocorre em outros casos, servirá agora para identificar o momento em que agressor se aproxima da denunciante, nas situações em que ele já tiver sido orientado pela Justiça a manter distância dela. "É uma forma de fortalecer a Lei Maria da Penha e seu cumprimento. É cautelar para as mulheres, para



que não corram riscos de serem assassinadas. Quando o homem se aproximar dela, a mulher vai ser avisada e a Patrulha do Bairro será acionada", detalhou.

Neste ano, estarão à disposição da Justiça 50 tornozeleiras e 50 dispositivos de aviso, que ficarão com as mulheres. Elas e a polícia serão alertados simultaneamente sobre a proximidade do agressor. Além disso, quatro viaturas da Patrulha do Bairro com protocolos especializados na Lei Maria da Penha vão fazer visitas a mulheres ameaçadas em todas as cidades da Região Metropolitana do Recife, Caruaru e no Agreste, a fim de verificar a segurança delas. As equipes contarão com três militares, incluindo uma mulher, para esses atendimentos.

Já a rede estadual de ensino vai receber mais debates sobre o tema, dentro da ação Maria da Penha vai às Escolas. A intenção é alertar os jovens sobre o problema. O programa prevê ainda a criação de um curso específico sobre gênero com o apoio da Universidade de Pernambuco, Universidade Federal de Pernambuco, Fundação Joaquim Nabuco e Ministério da Saúde.

Assunto: Alepe vota nesta segunda doação de prédio do Estado para a OAB-PE	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 23/09/2013
Editoria:	Seção:



Alepe vota nesta segunda doação de prédio do Estado para a OAB-PE

A doação do antigo prédio do Jornal do Commercio na Rua do Imperador, número 346, no Bairro de Santo Antônio, para a Seccional Pernambuco da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PE) foi fundamental para a Ordem deixar o terreno no Coque, o que permitiu o fim das desapropriações na comunidade. A entidade deve reformar o prédio para ser a sua sede. Para ser concretizado, porém, o ato precisa ser aprovado pela Assembleia Legislativa de Pernambuco. O projeto de Lei do Executivo vai a votação em primeira discussão nesta segunda-feira (23).

Na mesma situação, vai a votação um projeto que abre crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado em função do Tribunal de Justiça de Pernambuco para o exercício de 2013. Se aprovada, a Lei deve incluir a ação no Plano Plurianual de 2012/2015.

Assunto: Patrulha Maria da Penha vai ter 32 PMs para monitorar violência contra a mulher no Estado	
Veículo: Blog do Jamildo	Data: 23/09/2013
Editoria:	Seção:



Patrulha Maria da Penha vai ter 32 PMs para monitorar violência contra a mulher no Estado

O governador Eduardo Campos (PSB) participou nesta segunda-feira (23) do lançamento do Programa Justiça para as Mulheres: Agora e Sempre, que procura combater os casos de violência doméstica em Pernambuco. O programa reúne ações como um mutirão judicial, a instalação de tornozeleiras eletrônicas em agressores e a criação da Patrulha Maria da Penha. A força vai contar com um contingente de 32 policiais militares que atuaram na Região Metropolitana do Recife e em Caruaru. Serão quatro viaturas que irão funcionar, sempre, com duplas formadas por um homem e uma mulher, que atuaram diretamente nas comunidades no auxílio às vítimas. Os PMs vão passar por um treinamento e devem chegar às ruas dentro de 15 dias.

Além do policiamento, a Patrulha vai atuar no socorro à mulheres ameaçadas por agressores julgados. A Secretaria Estadual da Mulher está comprando 50 tornozeleiras para aplicar em homens que tenham sido condenados a medidas protetivas. As autoras das medidas andarão com um dispositivo que localizará caso a tornozeleira se aproxime mais do que o determinado pela Justiça. Nestes casos, a Polícia Militar saberá exatamente quando isso acontecer e vai mobilizar a Patrulha Maria da Penha ou a Patrulha dos Bairros.

O programa envolve também outras medidas como uma campanha de conscientização nas escolas, a aproximação de mulheres com o legislativo e cursos de especialização. Além do governo do Estado, participam do Plano o Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), o Ministério Público de Pernambuco (MPPE), a Defensoria Pública do Estado e a Prefeitura do Recife, além de entidades da sociedade civil e instituições privadas.

O Justiça para as Mulheres vai ser tocado pela Câmara Técnica de Enfrentamento da violência de Gênero contra às Mulheres, órgão do Pacto Pela Vida. De acordo com a secretária estadual da Mulher, Cristina Buarque, a expectativa é que as ações custem aproximadamente R\$ 14 milhões aos cofres públicos em 2014.

Mutirão da Justiça

Como parte do programa lançado nesta segunda, até o final do ano, O TJPE também vai tocar um mutirão para zerar os processos que aguardam julgamento nas seis Varas da Mulher que existem na RMR. O trabalho, coordenado pela juíza Marilúzia Feitosa deve conseguir a emissão de sentença para algo em torno de 3 mil processos.